

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

Distribuição gratuita

Audiência pública acirra debate da reforma administrativa

Governo, oposição, sindicatos e representantes de diversos segmentos da sociedade discutem projeto do Executivo

O público lotou o Auditório Antonieta de Barros para acompanhar e participar da audiência pública promovida, dia 13, pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Deputados, representantes de sindicatos e de diversos segmentos da sociedade debateram pontos polêmicos do projeto de lei complementar 01/07. O secretário de Coordenação e Articulação, Ivo Carminati, e o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), tiraram dúvidas sobre a terceira etapa da reforma, que prevê uma economia global de R\$ 1,284 milhão.



Jonas Lemos Campos

Páginas 6 e 7

No Auditório Antonieta de Barros, público participou das discussões sobre o projeto de lei, que, segundo o governo, trará economia de R\$ 1,284 milhão

INSTITUCIONAL

Entrevista com o primeiro secretário, deputado Rogério Mendonça

Página 4



Alberto Neves

Sessão solene homenageia Casa do Jornalista e lembra centenário de morte de Ottokar Döerfell

Página 3

Palácio Barriga Verde terá acesso facilitado a portadores de necessidades especiais

Página 8

OPINIÃO

O modelo catarinense de ensino superior

A sociedade catarinense assiste com interesse a abertura do debate sobre mudanças na política educacional do país, especialmente no que diz respeito a formas de financiamento do ensino superior, criação de novos fundos e programas de bolsas de estudos, a expansão das universidades públicas federais e a criação da Universidade Aberta do Brasil, todas visando ampliar o número de vagas e facilitar o ingresso ao ensino superior.

Com pouco mais de 5 milhões de habitantes, ocupando a 22ª posição em área geográfica entre estados brasileiros e o 6º lugar na ordem de produção de riquezas, Santa Catarina tem somente uma universidade federal. Realidade diversa de nossos vizinhos, o Paraná que já conta com três federais e em breve sediará mais duas, e o Rio Grande do Sul, que além de cinco já existentes irá ganhar outras duas.

Em Florianópolis concentram-se mais de 90% dos universitários aquinhoados com o benefício da gratuidade, nas universidades federal e estadual – UFSC e Udesc. Contudo, nosso Estado desenvolveu um sistema inovador, com as universidades comunitárias criadas em todas as regiões como fundações municipais, onde mais de 20 mil alunos recebem bolsas distribuídas pelo governo estadual desde a regulamentação do artigo 170 de nossa constituição. E a Udesc, seguindo a política de descentralização do governo vem investindo na interiorização, implantando, progressivamente, unidades em Lages, Joinville, Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos e Jaraguá do Sul, já projetando expansão para outras microrregiões.

O debate sobre a educação superior recebeu estímulo no Legislativo com a criação e insta-

lação do Fórum Permanente que pretende avaliar, com a população e comunidade acadêmica, o melhor modelo de acesso ao ensino superior gratuito. É suprapartidário e visa discutir a interiorização das universidades públicas e a compra de vagas nas comunitárias, bem como a implantação de cursos técnicos profissionalizantes.

A pauta dos debates deve incluir formas de financiamento público de vagas e, embora a UFSC ocupe destacada posição entre instituições públicas do país, com cerca de 21 mil alunos de graduação e 10 mil de pós, não podemos deixar de ressaltar a importância estratégica e o papel das fundações do sistema Acafe, com mais de 150 mil alunos e grande potencial de expansão em todo o Estado.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Joinville à espera de uma universidade federal

Há um mistério que me persegue desde os meus tempos do movimento estudantil: qual a razão de Joinville, a maior cidade do Estado, não ter a sua universidade federal? Naqueles tempos, na década de 80, já lutávamos por um campus do MEC no Norte do Estado. A partir de 2002, como vereador, retomei esta batalha por entender que com o ensino superior público o filho do trabalhador terá mais condições de formar-se. Vimos que o MEC criou dez novas universidades nos últimos quatro anos e construiu ou ampliou 48 campi. Mas, infelizmente, a nossa região não foi contemplada com este benefício. Com isso o nosso potencial de crescimento vai ficando comprometido, pois outras regiões vão avançando na área educacional enquanto nós ficamos estagnados.

Somente neste ano cerca de 30 mil novos estudantes deverão ingressar em um dos cursos de graduação oferecidos pela rede

pública federal. Não só no ensino que ficamos prejudicados, mas também na geração de empregos. O MEC, desde 2003, contratou, através de concursos públicos, 9,2 mil docentes e 15 mil funcionários técnico-administrativos. Em 2007 deverão ser abertas mais quatro mil vagas para docentes e duas mil vagas para os outros servidores, além de repor o déficit provocado pelas aposentadorias.

Em outros Estados a recuperação no número de universidades públicas tem ocorrido de uma maneira mais acelerada que em Santa Catarina, onde existe apenas a UFSC. Em Minas Gerais foram criadas mais três universidades federais nos últimos três anos, num total que agora chega a 12. Em Pernambuco surgiu uma universidade em Petrolina e outros quatro novos campi no sertão. No Amazonas, a única universidade federal do Estado instalou cinco campi em cidades interioranas. Mas as regiões

mais ricas, Sudeste e Sul, também foram beneficiadas. Na industrializada Santo André, no ABC paulista, começou a funcionar em meados do ano passado a Universidade Federal do ABC (Ufacb), que já admitiu cerca de 1,5 mil alunos. No Rio Grande do Sul, onde já existiam cinco universidades federais, foi criada mais uma, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), formada por dez campi.

Fico contente em saber que o ensino público está avançando. Mas triste ao ver que a minha cidade e a minha região mais uma vez ficam marginalizadas deste crescimento. Isto é preocupante porque sabemos que no século 21 o conhecimento será a base do crescimento e temo que o nosso desenvolvimento possa ficar comprometido porque as autoridades do MEC teimam em ignorar o terceiro maior pólo industrial do Sul do País.

Deputado Darci de Matos (PFL)

Salvaro assume presidência por 10 dias

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), transmitiu o cargo, dia 15, ao vice-presidente Clésio Salvaro (PSDB), para tirar licença não-remunerada por 10 dias, sem nenhum ônus para a Casa. "Faço a transmissão de cargo com muita tranquilidade porque sei que os trabalhos vão transcórrer de maneira normal. Isso também prova que temos uma convivência de respeito mútuo e trabalho

sério", afirmou.

Salvaro disse estar muito feliz e agradeceu o apoio que recebeu de seu tio, Henrique Salvaro, durante toda sua carreira política. "Certamente a Casa seguirá com seu atual ritmo nesses próximos dias, até porque vivemos esse momento de expectativa devido à reforma administrativa. Vamos seguir o ritmo habitual, por isso eu espero contar com o apoio de todos."

Jonas Lemos Campos



Presidente Julio Garcia tira licença não-remunerada por 10 dias

[AGENDA]

- **19 de março, 9 horas:** Exposição "Partilha", da artista plástica Rosina De Franceschi
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **22 de março, 18 horas:** Instalação do Fórum Permanente do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **23 de março, 10 horas:** Realização do projeto "Rede Guarani-Serra Geral", organizado pela Fundação José Arthur Boiteux e a UFSC em conjunto com a Uniplac, Unoesc e Fapesc
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **23 de março, 20 horas:** Sessão Solene Comemorativa ao 281º Aniversário da Cidade de Florianópolis, promovida pela Câmara Municipal de Florianópolis
Local: Plenário Osni Régis

Mesa



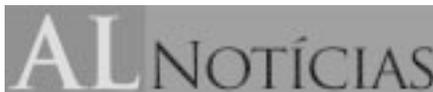
Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Branganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andrea Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe de Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Sessão solene homenageia Casa do Jornalista e Ottokar Döerfell

Cerimônia marca centenário de morte de fundador da imprensa e maçonaria em Joinville



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Moacir Pereira, satisfeito com iniciativa da Assembléia

Andreza de Souza

Uma sessão solene comemorou, dia 14, o 39º aniversário de fundação da Casa do Jornalista e lembrou o 100º aniversário de morte de Ottokar Döerfell, fundador da imprensa e da maçonaria de Joinville. Na solenidade também foi lançado o livro "Kolonie-Zeitung: Uma História", de Lílian Mann dos Santos.

Entre os deputados da região Norte, Darci de Matos (PFL) usou a palavra para destacar a importância da sessão. "Não poderia deixar de agradecer a iniciativa e de falar sobre a vida desse homem, sobre sua intensa participação comunitária, dando sua contribuição para Joinville se tornar a cidade capital do voluntariado. Precisamos dizer às novas gerações que o sucesso, o progresso e o desenvolvimento da nossa cidade ocorrem pelo empenho de figuras históricas como Ottokar Döerfell", destacou.

Outro representante da região, o deputado Kennedy Nunes (PP), parabenizou a escritora, a Assembléia, a Casa do Jornalista, o governo estadual e a prefeitura de Joinville pelo resgate histórico, apoios e patrocínios. "Tenho dupla honra

de estar aqui, primeiro por ser filho legítimo de Joinville e, segundo, por ser jornalista", ressaltou. Também Nilson Gonçalves (PSDB) se manifestou: "Quero me irmanar a essa comemoração de tão ilustre figura, que ficou aqui cerca de 50 anos e ajudou construir a nossa história", afirmou.

Cultura

O presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Moacir Pereira, disse da alegria e satisfação de comemorar o aniversário da Casa do Jornalista, de lembrar Ottokar Döerfell e do lançamento de um trabalho sério e rico em informações. "Precisamos dar mais valor à cultura com debates e sessões como essa", frisou.

A mesa da solenidade foi integrada pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL); presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco; ex-governador Ivo Silveira; prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB); jornalista Moacir Pereira; deputado Antônio Aguiar (PMDB) e a presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Elizabete Anderle.

Uma vida dedicada às causas sociais

Num balanço da biografia do homenageado, o historiador e jornalista Apolinário Ternes destacou a trajetória de Ottokar dedicada a causas sociais e culturais. Ele também foi vereador, prefeito e Cônsul Honorário da Alemanha.

A grande obra de Ottokar foi a fundação, em 20 de dezembro de 1862, do primeiro jornal alemão,

Kolonie Zeitung, cujo trabalho foi interrompido na segunda metade do século XX pela campanha nacionalista de Getúlio Vargas.

O prefeito Tebaldi recebeu placa de homenagem, em nome da Assembléia e da Associação Catarinense de Imprensa, ao Museu de Arte de Joinville, sediado na casa que era de Ottokar.

No encerramento, a autora do "Kolonie-Zeitung: Uma História" disse que sua obra exigiu trabalho árduo. "A concretização do livro foi a partir de um projeto da rede Alfredo de Carvalho, de um trabalho de conclusão do curso de Jornalismo que pretendia resgatar a história de alguns jornais de línguas estrangeiras em Santa Catarina".

Fórum do Parque do Tabuleiro retoma trabalhos

O Fórum Permanente do Parque da Serra do Tabuleiro reabriu os trabalhos dia 14. O deputado Décio Góes (PT) foi eleito presidente e o deputado João Henrique Blasi (PMDB), reconduzido relator. Na primeira reunião, o presidente eleito fez um balanço dos encontros de 2006, destacando que o grupo obteve um resultado positivo e importante na busca de soluções para a comunidade e para o meio ambiente. "O Fórum, instalado em abril do ano passado tem como objetivo principal obter uma estratégia de trabalho fundamentada na integração de diferentes instâncias. É o poder público e a comunidade trabalhando em conjunto".

Reunindo representantes do Movimento de Recategorização do Parque, Fatma, Procuradoria Geral do Estado, Assembléia

Legislativa, Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses e Associação de Moradores da Praia de Naufragados, o Grupo Técnico (GT) contribuiu diretamente na confecção de um documento descrevendo sete grandes situações-problemas. São elas: a aplicação dos Termos de Ajuste de Conduta, existência da Área de Proteção Especial, usos e ocupações irregulares, falta de demarcação física, uso inadequado dos recursos naturais, baixa participação pública e falta de regularização fundiária.

No dia 9 de junho de 2006, em reunião com a Procuradoria Geral do Estado, o GT apresentou os resultados do trabalho desenvolvido e pediu estudo de proposta para regularização fundiária das propriedades da Baixada do Maciambu. Junto ao Ministério Público, no dia 22 de

junho, o Grupo Técnico solicitou a suspensão da aplicação dos Termos de Ajuste de Conduta (TACs), principalmente no entorno da zona costeira do parque. O MP suspendeu por 120 dias as ações executórias relacionadas aos processos daquelas áreas que serão objeto de estudo para reajuste de limites do parque.

Integram o Fórum os deputados Sérgio Grando (PP), Renato Hinnig (PMDB), Valmir Comin (PP), Marcos Vieira (PSDB), Onofre Agostini (PFL), Cesar Souza Júnior (PFL) e Dirceu Dresch (PT).

AGENDA

A primeira reunião do ano do Grupo Técnico será segunda-feira, às 14h, no Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Lançado Plano de Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), elaborado, desde 2003, foi lançado, dia 15, em audiência pública realizada através de vídeo conferência, interligando praticamente todos os estados brasileiros e vários municípios. Santa Catarina participou a partir do Plenarinho Paulo Stuart Wright, como atividade da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

A deputada Ada de Luca (PMDB), presidente da comissão, disse ser de fundamental importância que a sociedade participe do plano.

Cerca de 30 pessoas, entre elas a pró-reitora de Cultura e Extensão da UFSC e coordenadora estadual do Comitê de Educação em Direitos Humanos, Eunice Sueli Nodari, e o professor do Departamento de Antropologia da UFSC, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência e coordenador do PNEDH em

Santa Catarina, Theophilos Rifiotis, acompanharam a audiência.

Falando do Distrito Federal, o secretário-adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Rogério Sottili, abriu a audiência afirmando que o plano vai marcar novo momento na história dos direitos humanos no país. "Com o PNEDH, o Brasil cumpre a meta da ONU para este tema e se destaca no âmbito do Mercosul como um dos primeiros países a elaborar e iniciar a implantação de um plano com este objetivo." Ele contou que mais de cinco mil pessoas, entre educadores e militantes dos direitos humanos, participaram dos debates.

O PNEDH foi dividido em cinco áreas de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e Educação e Mídia.

INSTITUCIONAL

Entrevista/ Rogério Mendonça - Peninha

“Sou defensor da agilidade na tramitação no Legislativo”

Nesta edição, o AL Notícias traz mais uma entrevista exclusiva. O deputado Rogério Mendonça - Peninha, primeiro secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, fala da experiência que acumulou no Parlamento catarinense, dos títulos que recebeu e dos desafios para o atual período da política catarinense

Jonas Lemos Campos



Saiba mais

Idade: 54 anos

Natural de: Nova Trento (SC)

Partido: PMDB

Região do Estado que representa: Alto Vale do Itajaí

Profissão/formação: Engenheiro Agrônomo

Legislaturas: está no terceiro mandato consecutivo como deputado estadual. Entrou na Casa pela força de 25 mil votos, nas eleições de 1998. Durante o primeiro mandato, recebeu o título de “Deputado Destaque”, concedido pelo Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa. No segundo mandato (35 mil votos), foi escolhido para liderar a bancada do PMDB, função que voltou a ocupar em 2005/2006. Em oito anos como deputado estadual, também ocupou a liderança do PMDB, a presidência da Comissão de Transportes e do Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro. Agora, em mais uma reeleição, com 55 mil votos, está na Mesa da Assembléia, na condição de primeiro secretário. A atuação comunitária e político-partidária de Rogério Mendonça começou na vida estudantil, nos movimentos de resistência à ditadura militar. Em Ituporanga, no Alto Vale do Itajaí, onde chegou para residir em 1976, foi vice-prefeito e prefeito. Antes de se eleger deputado, presidiu a Epagri.

Andréa Leonora

AL Notícias - Quais as expectativas para seu trabalho nesta Legislatura?

Peninha – É sempre possível melhorar o desempenho. Depois de dois mandatos, creio que terei melhores condições de consolidar títulos que conquisei graças ao trabalho realizado, como o de “deputado da agricultura”, “deputado da BR-470”, “deputado da cebola” e “deputado da educação”. Além dos títulos, nosso trabalho foi coroado com uma votação expressiva nas eleições de outubro, de 55 mil votos.

AL Notícias - O que o senhor aponta como principais desafios do Legislativo para este período?

Peninha – Santa Catarina vive um momento político peculiar. Os antigos ranços partidários foram colocados por terra pelo direcionamento universal das ações de governo de Luiz Henrique da Silveira. Vemos algo que era inconcebível há alguns anos, a união de PMDB, PFL e PSDB. E isso foi possível porque a administração estadual passou a contemplar todos, independente de ideologia. É no Parlamento catarinense que essa nova realidade vem desembocar. Não haverá, entendo, lugar para a crítica pela mera crítica. A oposição precisará ser construtiva. Não deve concordar com tudo, porque isso não será salutar, mas deve discordar quando de fato for necessário e de forma que leve a resultados positivos.

AL Notícias - Como deputado do PMDB e já tendo sido líder da bancada de seu partido, como pretende atuar na reforma administrativa?

Peninha – O PMDB não fechou questão em torno do assunto, mas já há um consenso: é preciso reduzir o custo da máquina pública e torná-la mais eficiente. Isso vai implicar em cortes, em mudanças, em adaptações. Os deputados do partido, e acredito que de toda a base aliada, vão priorizar a manutenção da reforma do jeito como foi enviada pelo governador Luiz Henrique. Eventuais alterações acontecerão em comum acordo

com o governador. E a oposição também poderá aperfeiçoar o projeto. Estamos aqui para parlamentar.

AL Notícias - O que deverá pautar o entendimento com a oposição neste assunto?

Peninha – Um único critério: os interesses da coletividade. Se for bom para o povo, será negociado, mudado, adaptado. Se for para atender meramente interesses partidários, não.

“O que aconteceu na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, nas duas eleições do presidente Julio Garcia, é algo histórico. Provavelmente será ensinado às crianças nas escolas daqui a 100 anos. Foi uma demonstração de maturidade”

AL Notícias - Que planos tem para seu período como primeiro secretário da Casa?

Peninha – Sempre fui um defensor da agilidade na tramitação de questões do Legislativo e do Judiciário. A morosidade acaba prejudicando a população. Minha meta é liberar as matérias para que tenham apreciação cuidadosa, porém rápida.

AL Notícias - E para seu mandato, quais os destaques?

Peninha – As regiões que represento, especialmente o Alto Vale do Itajaí, têm problemas crônicos. É o caso da BR-470, cujas obras precisam começar o quanto antes. A atenção especial para a agricultura continuará sendo o ponto forte da minha atuação. Na saúde, vou lutar pela instalação das unidades de terapia intensiva nos hospitais de Ituporanga e de Ibirama e pela continuidade do repasse de recursos estaduais para o Hospital Regional de Rio do Sul. A instalação da SDR de

Taió deve ocorrer ainda este ano, somando-se às secretarias regionais de Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga. Vamos batalhar também pela conclusão do asfaltamento dos acessos a Vitor Meirelles, Mirim Doce, Chapadão do Lagedo, Leoberto Leal, e pelo início de obras em outras vias, como Ituporanga-Atalanta, Vidal Ramos-Botuverá, Major Gercino-Leoberto Leal, Taió-BR 116, Santa Terezinha-Planalto Norte e Petrolândia-BR 282.

AL Notícias - Qual a sua avaliação quanto à composição da Mesa, tanto no sentido da representatividade partidária quanto no consenso que caracterizou a definição dos membros?

Peninha – O que aconteceu na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, nas duas eleições do presidente Julio Garcia, é algo histórico. Provavelmente será ensinado às crianças nas escolas daqui a 100 anos. Foi uma demonstração, primeiro, da condição de excelente articulador de Julio Garcia, e, segundo, da vontade de todos os parlamentares em ter um Poder coeso. Veja que, nesta Legislatura, são, teoricamente, 27 deputados da situação e 13 da oposição. A maioria poderia, se não fosse democrática, impor a sua vontade. Isto não aconteceu, no entanto, porque o Legislativo está ciente das responsabilidades oferecidas pela democracia.

AL Notícias - Quais as principais diferenças que observa no Poder Legislativo catarinense desde a sua chegada, em 1998, até o momento atual?

Peninha – Há uma diferença fundamental na funcionalidade física do Poder. A informática proporcionou rapidez e confiabilidade na elaboração e apreciação de projetos. Também passou a permitir melhor atendimento à população. O monitoramento da sociedade ao que acontece dentro da Assembléia Legislativa igualmente foi aprimorado graças à ação da Diretoria de Comunicação Social, das assessorias de imprensa dos deputados e da entrada no ar da TV AL e da Rádio Alesc Digital. São ações que garantem maior transparência ao Poder.

INSTITUCIONAL

Balneário Camboriú quer universidade pública

Pedido foi encaminhado na primeira reunião de trabalho do Fórum Permanente do ensino superior

Alberto Neves



Presidente do Fórum, deputado Herneus de Nadal, e deputado Sargento Soares participam da discussão

Na primeira reunião de trabalho do Fórum Permanente de Discussão sobre a Interiorização e Expansão da UFSC e da Udesc, realizada dia 14, no Plenarinho, a comunidade acadêmica entregou pedido de criação de uma universidade pública em Balneário Camboriú para atender a Foz do Rio Itajaí. O presidente do fórum, deputado Herneus de Nadal (PMDB) e os deputados Gelson Merísio (PFL) e Sargento Amauri Soares (PDT) receberam o documento das mãos de Rodrigo Abella e Felipe Ferri Dagostini, do Centro Acadêmico de Administração Pública, da Udesc de Balneário Camboriú, e ainda Leandro Damasio, do Centro Acadêmico de Filosofia da UFSC.

Atualmente Balneário Camboriú conta apenas com o curso de Administração Pública da Udesc. "Somos uma região que detém 60% do PIB

(Produto Interno Bruto) de Santa Catarina e, no entanto, não temos vagas públicas no ensino superior". Abella disse também que existem muitas discrepâncias no ensino público e gratuito no Estado, com 90% das vagas concentradas em Florianópolis. "O movimento universitário de Balneário Camboriú quer discutir o melhor modelo de ensino superior para a nossa região e o Estado, não só o quantitativo de vagas, mas também a qualidade do que é ofertado".

Modelo

Para os deputados Merísio e Soares, o fórum é uma excelente oportunidade para discutir qual o modelo de educação que Santa Catarina quer construir. Um requerimento já aprovado pelo fórum e que será encaminhado ao ministro

da Educação, Fernando Haddad, solicita informações sobre o ensino superior no país.

Segundo Herneus, apesar de ocupar a sexta posição na produção de riquezas no ranking nacional, com população de 5 milhões de habitantes, Santa Catarina tem apenas uma universidade federal. "Nossos estados vizinhos vivem uma realidade diversa. O Paraná já possui três universidades federais e, em breve, terá mais duas e o Rio Grande do Sul, que já tem três, ganhará outras duas. Temos tratamento desigual em relação a outros estados", protestou Herneus.

Herneus anuncia que a próxima etapa do Fórum será a de visitar as universidades interessadas na interiorização e expansão da UFSC e da Udesc. A primeira reunião, com data a definir, deverá ocorrer em Chapecó.

Escola do Legislativo capacita servidores

Com o objetivo de qualificar e capacitar os parlamentares e servidores da Assembleia Legislativa, a Escola do Legislativo abriu, dia 13, o Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, que será realizado até o dia 30 deste mês. A palestra inaugural tratou estrutura organizacional do Estado.

Representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas falaram sobre suas estruturas

organizacionais, atribuições e representações, corpo técnico e competências constitucionais.

Neroci da Silva Raupp, responsável pela palestra sobre o Legislativo, ressaltou o poder de fiscalização e controle que o Parlamento possui. "A função legislativa surgiu na Inglaterra com representantes da nobreza e do povo lutando contra a autoridade absoluta dos reis."

No dia 15, a palestra tratou da "Nova Estrutura da Assembleia Legislativa".

AGENDA

Dias 19, 20 e 21

"Regimento Interno", com duração de 7 horas/aula, das 9 às 11 horas

Dias 26, 27 e 28

"Atendimento ao Público e Telefônico", com duração de 7 horas/aula, das 14 às 16 horas

Dias 29 e 30

"Correspondência Oficial", com duração de 15 horas/aula, das 8h30min às 11h30 e das 14h30 às 17h30



CONHEÇA O LEGISLATIVO

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Órgão Institucional da Assembleia Legislativa, que assessorava os 40 deputados, a Presidência do Poder e as Comissões Permanentes, a Consultoria Legislativa dispõe de uma equipe de técnicos qualificados para estudar e analisar documentos solicitados, entre eles, projetos de lei, emendas, requerimentos, anteprojetos, moções e outros.

A Consultoria é subordinada à Diretoria Legislativa e desenvolve um trabalho em equipe. Com uma orientação de trabalho extremamente técnica, a equipe não realiza nenhum tipo de atividade político-partidária ou ideológica, e pode ser vista como um serviço de extensão dos gabinetes.

Designada para atender todos os parlamentares, a Consultoria presta serviços diretamente ao gabinete quando solicitada. O trabalho técnico busca o aperfeiçoamento de cada assunto proposto pelos parlamentares.

Além de dar assistência aos setores internos da Casa ligados ao processo legislativo, a Consultoria assessorava as 14 comissões técnicas da Casa, com destaque especial à grande demanda das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, setores por onde passa a maioria dos projetos que tramita na Assembleia. O órgão presta assessoria não só para o presidente das comissões, mas para todos os seus integrantes.

A partir de uma chefia e um corpo de consultores formados por funcionários efetivos da Casa, o setor desenvolve um trabalho dinâmico e aberto ao novo, já que a cada mandato parlamentar novas propostas são apresentadas.

Considerada uma equipe multidisciplinar, a Consultoria está dividida em três núcleos, com profissionais especialistas nas áreas afins. Advogados, economistas, administradores e contabilistas trabalham em conjunto para atender as diversas necessidades do Parlamento catarinense.

Os núcleos da Consultoria Legislativa são os seguintes:

Direito Econômico
Direito Administrativo
Direito Constitucional

Fonte: Chefia da Consultoria Legislativa

Representantes de Câmaras na Assembleia

Representantes das Associações de Câmaras Municipais do Estado estiveram reunidos, dia 14, com o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP). Em pauta, os anseios e as necessidades dos vereadores catarinenses.

Ponticelli destacou a disputa que cerca uma eleição para vereador, levando em consideração a proximidade com a comunidade, onde o que conta é o prestígio pessoal do candidato e seus trabalhos prestados. "Quando acontece algum problema na política, o primeiro que ouve e que paga é o vereador. Pagamos por conta de equívocos feitos por nossos colegas, assim somos atacados e jogados na lama", disse.

O presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), falou das dificuldades enfrentadas pelos vereadores, da importante parceria com a escola e do apoio que sempre recebe da Casa na busca do aprimoramento. "O vereador é o fiscal da sociedade, regulador da função pública, por isso ele precisa de capacitação e melhores condições de trabalho", frisou.

O presidente da Associação dos Vereadores da Microrregião do Vale do Itajaí Mirim e Rio Tijucas (Avimti), Dejaír Machado, de Brusque, admitiu a falta de conhecimento e de preparo de alguns. "Temos que buscar soluções para os nossos problemas, os cursos e as parcerias são muito importantes para nós", salientou.

COMISSÕES

Audiência pública esquenta debate sobre reforma administrativa

Parlamentares e sociedade tiram dúvidas do projeto de origem do Executivo, que promete economia de R\$ 1,284 milhão ao mês

Scheila Dziedzic

A audiência pública promovida pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público para discutir a terceira etapa da reforma administrativa lotou, dia 13, o Auditório Antonieta de Barros. Parlamentares e representantes de sindicatos e entidades representativas da sociedade debateram a proposta e ouviram esclarecimentos do secretário da Coordenação e Articulação, Ivo Carminati, e do relator da matéria na CCJ e líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). Eles elucidaram alguns pontos polêmicos do projeto de lei complementar 01/07.

Entre esses pontos, está o que é uma das principais justificativas do Executivo em defesa da reforma: a redução de 30% dos cargos, passando dos atuais 1.725 para 1.208.

Pelas projeções do governo, isso proporcionará potencialmente uma economia global de R\$ 1,284 milhão ao mês. A conta engloba também a redução dos encargos patronais, contribuição previdenciária, auxílio-alimentação, provisão de 13º salário e férias. O comparativo é feito em relação ao que está previsto na Lei Complementar 284/05, que foi a primeira reforma administrativa do governo. Carminati disse que neste novo modelo de gestão há de se destacar a estrutura enxuta do Estado. Compara com o governo do Distrito Federal que, segundo ele, possui 17 mil cargos. "Em Santa Catarina temos somente 10% disso."

Redução de cargos

A oposição, porém, questiona valor da economia estimada pelo governo, já que está prevista a criação de seis novas Secretarias

de Desenvolvimento Regional em Itapiranga, Quilombo, Seara, Taió, Timbó e Braço do Norte. A deputada Ana Paula Lima (PT) disse estar preocupada com recentes declarações de governistas quanto à situação financeira do Estado. "Mesmo assim, o Executivo continua a aumentar a estrutura. O governo diz que reduz 30% dos cargos, mas não reduz despesas", observou.

Outro aspecto defendido por Carminati é o aprimoramento da gestão do Estado dentro da concepção da descentralização. Ele destaca que o passo adiante nesta terceira reforma administrativa é a desconcentração orçamentária com a transferência de orçamento aos Conselhos de Desenvolvimento Regionais. "Lá se captará a demanda social e se fará a execução." Carminati prevê que a economia financeira venha também como consequência deste novo modelo.



Público lota instalações do Auditório Antonieta de Barros para acompanhar a discussão da proposta

Corte de gastos com gratificações

O Executivo aponta também como fator de economia a extinção da Gratificação de Atividade Fazendária (GAF) e Gratificação de Produtividade, muito questionada pelos servidores. Neste ponto, o líder do governo, João Henrique Blasi, explicou que ela será mantida àqueles que já a possuem, sendo retirada apenas dos cargos comissionados lotados na Procuradoria Geral do Estado, nas Secretarias da Fazenda e Administração e no Ipec. Além disso, a nova lei acabaria de vez com a possibilidade de concessão do benefício.

Uma mudança que acarretaria uma economia de R\$ 577 mil mensais ou R\$ 10 milhões ao ano, que

o governo deixará de desembolsar futuramente. "São onerosas e muitas vezes maiores até que a remuneração. Além de criarem duas classes de servidores: os que estão nestes órgãos e os demais" comentou.

Blasi tranquilizou servidores de outros órgãos como Hemosc e Cepon que receberam recentemente uma gratificação por atividade in-fórmula que será mantida.

Sobre questionamentos recorrentes de servidores a respeito do destino dos órgãos, ele refutou a disposição em privatizá-los e informou que acata o pedido de transferir o quadro de servidores do Hemosc e Cepon à estrutura da Secretaria da Saúde.

Oposição combate alienação acionária

O artigo 154 do projeto, que autoriza o governo a alienar o controle acionário da Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação (IAZPE); Companhia de Gás de Santa Catarina (SC GÁS); Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A (CIASC) e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), recebeu críticas de sindicalistas e da oposição. "Estes órgãos serão mantidos como empresas estatais subsidiárias da Celesc", garantiu Blasi.

Ele acredita ainda que o destino da Casan não se encerre com a reforma e propõe a implantação de um fórum permanente para criar novas atividades para a empresa. Carminati lembrou que o estado quer adotar a gestão compartilhada, mas encontra resistência de alguns municípios.

O líder do governo, João Hen-

Segmento cultural luta contra municipalização

Com contundentes e emocionados apelos, representantes do segmento cultural pediram a exclusão do artigo 189, da reforma administrativa, que prevê a municipalização da Biblioteca Pública do Estado, do Teatro Álvaro de Carvalho e da Casa dos Açores, - Museu Etnográfico, a Casa de Campo do Governador Hercílio Luz. Neste aspecto, o líder do go-

verno, deputado João Henrique Blasi, sinalizou disposição de negociar, admitindo que a seu juízo a biblioteca deve ser mantida na estrutura do Estado.

Carminati justificou que a meta do Estado em relação à cultura é aproximar-se dos municípios. Mesmo assim, admitiu que em vários aspectos, como este, a reforma não é uma proposta pronta

e acabada. "Ela sofrerá o crivo da opinião pública e teremos que encontrar alternativas de comum acordo", comentou.

A deputada Ana Paula Lima aproveitou a oportunidade para fazer um apelo ao governador Luiz Henrique, "que defenda o patrimônio cultural catarinense com o mesmo empenho com o qual defende o Balé Bolshoi".

Próximos passos

Os parlamentares têm até o dia 22 para apresentar emendas ao projeto de lei complementar da reforma administrativa. A deliberação conjunta da matéria pelas três comissões em que deve tramitar: CCJ, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviços Públicos, está marcada para o dia 27 de março.

O que dizem sindicatos, associações e entidades de classe



"Nossa preocupação e de todos os servidores da entidade é a perda de qualidade do serviço, caso a reforma administrativa seja aprovada da forma como foi apresentada na Assembleia. Nem o Hemosc nem o Cepon foram citados e queremos manter o serviço público de qualidade e colocar a instituição novamente na estrutura organizacional da saúde"

Mario Zunino, representante do Movimento para a Manutenção do Hemosc e Cepon



"Nossa entidade é de caráter nacional, defendo o respeito à instituição, a organização dos efetivos e sua manutenção. Somos o único segmento que circula 24 horas por dia em toda Santa Catarina, e a reforma administrativa não está respeitando nossa ordem militar, é preciso homogeneidade no plano nacional".

Capitão Martinez, representante dos Oficiais do Estado da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros



"Há a necessidade de ampliar esse debate nas demais regiões do estado. O comércio da água está sendo instalado em nosso estado, precisamos ver e saber da importância da Casan no sentido do desempenho sócio-econômico. Nossa reivindicação é que todos saibam do papel que a empresa representa para SC. Queremos um estado forte com qualidade nos seus serviços, pois, segundo a ONU, cada real investido em saneamento básico, são quatro reais economizados em tratamento de doenças"

Odair Rogério da Silva, representante dos funcionários da Casan



"Quero fazer um apelo para que os deputados estejam atentos às nossas reivindicações. É preciso respeitar a estrutura do governo e a vontade da sociedade, garantindo condições para que possamos trabalhar. A qualidade da educação é primordial, queremos um melhor suporte técnico pedagógico, bons acervos das bibliotecas e motivação para os profissionais da educação com segurança e salário digno. O Estado só tem um sentido de existir: melhorar a vida das pessoas"

Antonio Valmor de Campo, do Sinte



"Quero enfatizar a importância do Fórum Unificado dos Servidores Públicos, que luta para a valorização dos servidores estaduais há 5 anos. Precisamos de um serviço público de qualidade com investimentos em saúde, educação e segurança. Somente lutando unidos, conseguiremos uma sociedade organizada e serviços de qualidade em SC"

Romário da Silva, presidente do Sindalesc

"As representações das entidades não tiveram acesso na formulação da reforma. A sociedade quer saber onde está indo o dinheiro do Estado, queremos um amplo em várias regiões de SC, queremos também, ver o Estado trabalhando e criando empregos e não apenas cargos, como nas Secretarias Regionais"

Mário Antônio da Silva, diretor-presidente do Sintespe (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina)



"A municipalização da educação não aparece na reforma, mas está sendo adotada na chamada gestão compartilhada. A questão salarial do magistério e as eleições diretas para diretor das escolas públicas é uma preocupação geral, por isso, sugerimos que essas questões sejam emendadas na reforma"

Rossano Sczip, secretário de Formação política e Sindical do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina)



"Essa reforma administrativa é uma contra-reforma, não tem nada para melhorar. Vamos lutar para mobilizar a sociedade e para impedir a sua aprovação"

Gilmar Salgado - coordenador nacional Conlutas



"Queremos um modelo de gestão que traga eficiência e transparência dos serviços públicos. O perigo da privatização ou alienação do Ciasc passa pelos princípios fundamentais de sigilo e segurança. Temos dados de todo o governo, de pessoas físicas, jurídicas, dívidas de empresas, controle de bens patrimoniais, contratos, e-mails e contas correntes. Todas as informações fazem parte do Estado, se elas vazarem o Estado quebra"

Ronaldo Barreto, do Ciasc



"Não somos contra a reforma, achamos que ela tem que contribuir para o crescimento de Santa Catarina e não para sua destruição"

Elizete da Costa Vieira, presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial



COMISSÕES

Finanças quer saber impacto da reforma

Deputados pedem informações da Secretaria de Fazenda para esclarecer divergência em relação a números

A Comissão de Finanças e Tributação encaminhará diligência ao secretário da Fazenda, Sérgio Alves, para que sejam informados dados utilizados para o cálculo do impacto financeiro da reforma administrativa. O requerimento foi apresentado pelo deputado Décio Góes (PT), após análise de parecer técnico elaborado pela Consultoria Legislativa da Assembléia, por solicitação da bancada petista. Ele explica que no quadro de impacto financeiro apresentado na justificativa do projeto da reforma os números levantados pela consultoria divergem dos enviados pelo governo, tanto na coluna da situação atual como na de situação proposta (pós reforma).

Para estes cálculos foram tomadas como base a Lei 284/05 e suas alterações, considerado o preenchimento total dos cargos e funções ali autorizados, bem como as mesmas condições autorizadas no Projeto de Lei Complementar nº 01/07. "Queremos buscar o real impacto financeiro, pois é com o argumento de redução das despesas que o governo busca o apoio da sociedade à reforma", argumenta Décio Góes.

O deputado explica que as informações disponibilizadas no anexo do projeto, segundo levantamento da consultoria legislativa, são insuficientes para proceder a análise do impacto, pois no quadro que o

governo apresenta comparando a atual situação composta pela Lei 284/05 e a situação que se pretende após a reforma só é apresentado valor global, sem detalhar o que compõem estes valores. Já na consulta feita pelo PT foi considerado para efeitos de impacto financeiro os gastos estimados com cargos comissionados, funções gratificadas e ajuda de custeio, além dos encargos incidentes. Não está computado a este cálculo o adicional por tempo de serviço e nem salários de secretários.

Gratificações

Para um cálculo mais claro, Décio pretende que seja desmembrada a composição item por item das despesas com os cargos em comissão, tanto na situação atual quanto futura em relação à remuneração, gratificações, encargos previdenciários, ajuda de custo e funções gratificadas.

Ele quer saber também se a remuneração dos secretários de estado compõe o cálculo dos valores apresentados. Busca também explicações sobre a repercussão de extinção de gratificações previstas no artigo 191, no contexto de redução da despesa orçamentária e apresentar o valor do custo de instalação e manutenção mensal das seis novas secretarias regionais previstas na reforma administrativa.



Fotos: Alberto Neves

Deputados fundamentam pedido de diligência com base em dados contrastantes levantados pela Consultoria Legislativa

Sinal Verde para gratificação

A Comissão de Finanças aprovou o Projeto de Lei nº 354/06, do Executivo, que institui a gratificação de desempenho e produtividade médica, em substituição ao pró-labore. Esse projeto foi desarquivado a pedido do deputado Jandir

Bellini (PP). Nesta comissão teve pedido de vista feito pela deputada Odete de Jesus (PRB), que devolveu se manifestando favorável à iniciativa, assim como o relator da matéria, Jorginho Mello (PSDB). O deputado Antônio Aguiar (PMDB) informou

que deverá apresentar emenda a proposta em plenário, sugerindo que para o pagamento desta gratificação seja feita uma média dos últimos cinco anos trabalhados, de maneira a ser mais justa a concessão do benefício.

CCJ presta homenagem a coordenador da Central de Polícia



Deputados fazem minuto de silêncio em memória de Acioni Souza Filho

Em reunião ordinária realizada no Auditório Antonieta de Barros, dia 13, antecedendo a audiência pública sobre a

reforma administrativa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), prestou

homenagem ao coordenador da Central de Polícia da Capital, Acioni Souza Filho, morto dia 12, na Capital, vítima de infarto. Por sugestão do deputado Marcos Vieira, Líder do PSDB, os integrantes da comissão fizeram um minuto de silêncio em memória de Acioni, que prestou 29 anos de serviços na área de segurança pública do Estado. "Perdemos um homem de grande valor, um combatente diário do crime em Santa Catarina", afirmou Vieira.

Na reunião, apesar dos argumentos dos parlamentares de oposição que pediram voto vista, com recomendação pela derrubada do veto do governo, as seis mensagens de veto que ainda estavam na Comissão tiveram os vetos mantidos.

Agricultura debate pesca

A pesca artesanal de tainha com caniço, no rio Araranguá, foi a tônica da reunião do dia 14, na Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB). Os deputados Sargento Soares (PDT) e Dirceu Dresch (PT) aceitaram a proposta do presidente de uma reunião com o promotor do município, Isaac Sabá, e um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura. A pesca é considerada uma modalidade esportiva e de lazer.

Na última reunião, no dia 28 de fevereiro, o deputado Manoel Mota (PMDB) pediu audiência pública no município para que, junto com a sociedade, fosse encontrada solução para a pesca artesanal. Antes de marcar a audiência, os membros da comissão acharam pertinente que algum especialista no assunto explicasse o que estava acontecendo e sinalizasse uma solução.

Segundo o advogado Jorge Cordeiro, em 2002, o Ministério Público Estadual (MPE), a Polícia Ambiental e a Prefeitura de Araranguá chegaram a conclusão de que os trapiches eram responsáveis pela degradação da mata ciliar e deveriam ser retirados.

Os pescadores criaram então a Associação dos Pescadores Artesanais (APA), usando embarcação flutuante sem motor, permitido pelo MPE. Entretanto, denúncia de que o meio ambiente continuava sendo agredido fez com que a Promotoria autorizasse a Polícia Ambiental a retirar, e até mesmo destruir, as embarcações que estavam infringindo as regras. "Começaram a retirar as embarcações da margem esquerda do rio e a preocupação agora é que as da margem direita, que são aquelas regulares que fazem parte da associação, também sejam afetadas", esclareceu Cordeiro.

Assembléia adapta Palácio Barriga Verde para facilitar acesso a portadores de deficiência



Carlos Kilian

Presidente Julio Garcia (ao centro) assina inédito termo de ajustamento com representantes do Ministério Público

Promotor destaca iniciativa

“A Assembléia dá hoje o grande passo para a garantia de acessibilidade aos portadores de deficiência nos prédios públicos do Estado. Vamos buscar entendimentos para que o mesmo seja feito também em prédios de acesso ao público, começando pelas escolas e cobrindo todos os segmentos”, anunciou o promotor de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania do Ministério Público, Alexandre Herculano Abreu. Ele disse que também já está em contato com a Secretaria Estadual de Educação para que se definam metas neste sentido.

O promotor ressaltou que

houve uma mudança recente na mentalidade do brasileiro sobre o assunto e o foco deixou de ser na deficiência, passando para a capacidade. “Somos todos iguais nas diferenças.” O promotor cumprimentou especialmente o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia, pela sensibilidade que demonstrou ao determinar que todas as normas previstas para a garantia da acessibilidade fossem incorporadas ao prédio do Palácio Barriga Verde. “Como esta é uma edificação antiga, não é exigido um enquadramento tão rigoroso. Mas o presidente

Julio Garcia foi além, fez o possível e o impossível.”

A mesma análise foi feita pelo procurador-geral de Justiça, Pedro Sérgio Steil. “É o primeiro acordo dessa natureza e, ao ser assinado com a Assembléia Legislativa, mostra que esta realmente é a Casa do Povo.” O empenho do presidente para o cumprimento das normas e a determinação de continuar trabalhando para adequar completamente o prédio para receber portadores de deficiências, foi apontado pelo procurador como um exemplo a ser seguido.

Garcia ressalta luta constante por adequações

O presidente da Assembléia, Julio Garcia, lembrou que o Palácio Barriga Verde foi construído com todos os aspectos da modernidade possíveis para aquele momento, 37 anos atrás. “Mas, assim como a preocupação ambiental é recente, a preocupação com esta faixa expressiva da população brasileira formada pelos portadores de deficiências, também é. Uma das virtudes do ser humano é viver adequado ao seu tempo. É

o que buscamos agora com todas essas adaptações”, disse.

Julio Garcia fez menção especial à Promotora de Justiça Sônia Maria Demeda Groisman Piardi, responsável pelo início das conversas sobre o assunto. “Desde aquele momento assumimos o compromisso de buscar a adequação. Não eu, como presidente, nem os membros da Mesa, mas o Parlamento catarinense.”

O objetivo agora é, até de-

zembro de 2007, promover uma série de adaptações para que sejam respeitadas as normas previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelas legislações estadual e federal, assim como o Programa de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Parlamento sai na frente e assume compromisso de adequar suas instalações, que com recente reforma já estão próximas do considerado ideal

A Assembléia Legislativa é o primeiro Poder do Estado a assumir oficialmente, por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), a responsabilidade de garantir condições ideais de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência às suas dependências. O termo foi assinado entre a Assembléia e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina no dia 15, na Sala de Imprensa da Assembléia.

As novas instalações, inauguradas recentemente, como o Auditório Antonieta de Barros e o Espaço Cultural Jerônimo Coelho, já respeitam essas regras,

aplicadas também nas áreas que passaram por reformas, a exemplo do estacionamento e do hall de entrada.

O promotor de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania do Ministério Público, Alexandre Herculano Abreu, recorreu a dados do IBGE para falar sobre o elevado índice de portadores de deficiência no Brasil, algo em torno de 16 milhões de pessoas, ou 15% da população. Ele acredita que em Santa Catarina o percentual pode ser ainda mais alto, já que a expectativa de vida é maior e também é alto o número de acidentes nas estradas catarinenses.

Alberto Neves



Principais compromissos assumidos

Área de acesso ao prédio:

Sinalização visual e sonora nas entradas/saídas de garagens e estacionamentos.

Auditório:

Disponibilizar tecnologia para atender no palco as pessoas com deficiências visual e auditiva.

Recepção:

Disponibilizar tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação do surdo e/ou mudo com os funcionários.

Locais de atividades coletivas:

Identificação em Braille, nos locais com mais de uma atividade, dos diferentes setores.

Elevadores:

Botão de comando mais baixo no painel, com altura de 89 cm em relação ao piso e corrimões (barras) laterais e no fundo da cabine.

Portas e Escadas:

Corrimões com largura de 3 a 4,5 cm e adequação dos corrimões que não possuem prolongamento mínimo de 30 cm antes do início e após o término da escada.

Circulação interna:

Sistema de alarme de incêndio sonoro e luminoso (simultâneo).

Telefones públicos:

Um telefone acessível para surdos e cadeirantes no térreo.

PLENÁRIO

Piriquito preocupado com água e saneamento em Balneário Camboriú



Piriquito: serviço precário

Ao usar a tribuna na sessão do dia 15, Edson Piriquito (PMDB) se mostrou preocupado com a situação de Balneário Camboriú quanto à captação e tratamento

de água. O serviço, antes prestado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), foi municipalizado através de uma luta popular, com várias manifestações nas ruas da cidade, e do atual deputado, na época vereador.

“Entre na luta pela municipalidade do serviço, e agora estou preocupado, já que a população não está recebendo o devido serviço”, considerou.

Com o objetivo de resolver o problema, segundo o parlamentar, o município criou, em contrato emergencial, a Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú (Emasa).

“Por não ter condição de fazer o serviço, o município criou a

Emasa, que está em funcionamento há 18 meses, sendo que pela lei de licitações o prazo é de no máximo 180 dias. Estou levando a questão para o Ministério Público, pois quero saber como uma empresa funciona fora-dalei”, afirmou.

O deputado suspeita de fraude na compra de materiais de uma fornecedora da empresa, caso que também levará ao Ministério Público.

O deputado Manoel Mota (PMDB), em aparte, disse que alguns municípios não têm estrutura para atender a população. “Precisamos repensar esse modelo de gestão para a cidade e também para a sobrevivência da Casan”, enfatizou.

Hinnig defende cooperativismo no Estado



Hinnig: investimentos no setor

Ao considerar o cooperativismo um assunto de extrema importância para o desenvolvimento do de Santa Catarina, o deputado Renato Hinnig (PMDB) falou em Plenário, dia 14, sobre os índices que comprovam a necessidade de investimentos nessa área.

De acordo com o parlamentar, existem 283 cooperativas na área

de produção, habitação, agropecuária, consumo, saúde e serviços, com 670 mil cooperados, sendo que 56.547 trabalhadores atuam na área da agropecuária.

“As mulheres ocupam 26,79% do quadro social, sendo que 69% delas estão na área de produção, 68% na habitação e 46% no consumo. A participação dos jovens até 25 anos é de 16,31%”, informou.

Hinnig destacou ainda que no primeiro semestre de 2007 o Fórum Cooperativismo vai discutir dois pontos: a exposição sobre a Sociedade de Garantia Solidária e o lançamento do modelo de cooperativa de produção para catadores na área de material de reciclagem.

“As cooperativas de Santa Catarina são responsáveis por 5 a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado”, completou.

Venzon lamenta morte de Érico Contesini

A morte esta semana do empresário brusquense, Érico Antonio Contesini, foi registrada com pesar pelo deputado Serafin Venzon (PSDB). Neto de imigrantes italianos, ele foi, segundo Venzon, “um empreendedor competente e homem guerreiro”.

Cortesini teve participação atuante nas lutas associativas e sindicais, sendo o fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brusque e dos Contabilistas. Também comandou o Sindicato do Comércio Varejista de Brusque, bem como a ACIB. Por duas gestões presidiu a Associação Catarinense dos Supermercados. Foi ainda professor.

Padre Pedro reflete sobre condição do jovem em Santa Catarina



Padre Pedro: exclusão social

Como proponente do Fórum da Juventude, o líder do PT, deputado Padre Pedro Baldissera (PT) alertou para a condição dos jovens em Santa Catarina. Segundo Padre Pedro, a Pastoral da Juventude de Santa Catarina

vem discutindo, organizando e se mobilizando para encontros, este ano, no sentido de refletir sobre a vida desta parcela da população e propor políticas públicas adequadas.

De acordo com o deputado, jovens entre as idades de 15 e 29 anos representam 28% da população nacional, perfazendo assim 47 milhões de pessoas. Mesmo assim, na sua opinião, eles estão entre as principais vítimas do modelo econômico atual, configurando-se parcela considerável de exclusão social.

Paradoxalmente a essa situação, na avaliação de Baldissera, 85% da juventude considera a política algo extremamente importante, pois sabem da influência dela em suas vidas.

Kennedy quer programa de adoção

O líder do PP, deputado Kennedy Nunes, encaminhou, através da bancada indicação ao Executivo pedindo que seja enviado um projeto instituindo programa estadual de adoção

de crianças.

De acordo com o parlamentar, a questão da adoção é importantíssima, pois “muitos querem adotar, mas não conseguem devido à burocracia existente”.



Kennedy: projeto estadual

Plenário rejeita veto

Os deputados apreciaram, dia 13, 21 mensagens de veto a projetos apresentados por deputados e pelo próprio Executivo. Destes, apenas um foi rejeitado, transformando em lei o projeto de nº 0073.7/2005, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que “dispõe sobre a aplicação de critérios percebidos pelo Estado, a título de compensação financeira, decorrentes de atividades de exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica”.

Pelo projeto, os recursos de compensações financeiras desta natureza, na ordem de 70% do total recebido pelo Estado, deverão ser repassados aos municípios onde estiver

Jailson destaca recursos para habitação

O deputado Jailson Lima (PT) destacou, dia 15, os investimentos do governo federal no setor habitacional do Estado. O parlamentar esteve dia 13 em Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí, onde participou da assinatura de 205 convênios para a construção de casas populares rurais naquela região.

Os recursos, a fundo perdido, somam R\$ 1,8 milhão. “Devemos

ficar atentos ao volume de recursos do governo federal aqui no Estado, que além de melhorar a condição de vida das famílias, contribui para diminuir o êxodo rural”, afirmou. Jailson disse que no primeiro mandato do presidente Lula 77 mil famílias catarinenses foram beneficiadas com recursos federais para habitação.

Ainda sobre a área da habi-

tação, o parlamentar elogiou o projeto apresentado esta semana pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB), que cria o kit da casa popular de madeira, com recursos do Estado através da Cohab.

“É importante que as habitações são em madeira auto-clavada, com mais de 40 metros quadrados e tratadas contra cupins”, destacou.



Jailson: moradia popular

PLENÁRIO

Salvaro luta para ampliar transplantes

Com o objetivo de viabilizar mecanismos para captação de órgãos, criação de serviços de transplante ósseo, de rins e um banco de tecido ocular que atenda todo o Sul do Estado, o deputado Clésio Salvaro (PSDB) apresentou uma indicação ao secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem. O parlamentar pede uma ampla discussão com órgãos competentes, como os conselhos municipais de saúde,

para viabilizar transplantes nos hospitais da região.

De acordo com Salvaro, os avanços tecnológicos em saúde, incluindo as técnicas de transplante de órgãos e tecidos, vêm contribuindo para reduzir a mortalidade e aumentar a sobrevida das pessoas. Desta maneira, ele ressalta a importância de uma política estadual de captação e transplante de órgãos e tecidos em Santa Catarina.



Salvaro: política estadual

Soares comemora aposentadoria especial

O deputado Sargento Soares (PDT) comemorou, dia 8, o ingresso na Casa do projeto de lei complementar que regulamenta a aposentadoria especial para as policiais militares. O projeto foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), pelo secretário de Articulação Estadual, Ivo Carminati.

"O projeto chegou ao Parlamento no Dia Internacional da Mulher como prova de uma grande conquista feminina", frisou. Soares salientou ainda que a conquista deste benefício só foi



Sargento Soares: empenho

possível devido ao empenho de muitos parlamentares.

Belini pede atenção às rodovias

Preocupado com a segurança da população que trafega nas rodovias estaduais e federais, localizadas no território catarinense, o deputado Jandir Belini (PP) apresentou em Plenário, dia 13, um vídeo com imagens da situação precária em que se encontra o trecho que liga Itajaí a Navegantes, em especial a ponte sobre o rio Itajaí-Açu, na BR-101.



Belini: vídeo da BR-101

De acordo com o parlamentar, a ponte que liga os dois municípios apresenta uma série de riscos para os motoristas que por ali passam. "Isso porque estamos falando de um trecho já duplicado", ressaltou.

Belini informou ainda que encaminhará à Mesa da Assembleia uma moção solicitando medidas para que a situação do trecho seja resolvida urgentemente, uma vez que muitos acidentes acontecem naquela região. "Vamos reivindicar junto a nossa bancada federal e ao governo federal", frisou.

Em aparte, o líder do PP, deputado Kennedy Nunes, reforçou a questão abordada pelo colega parlamentar. "Já vi muitos carros caindo daquela ponte. É um verdadeiro perigo não só pra os motoristas, mas também para os pedestres e ciclistas que passam por ali", observou.

[GABINETES]

COMUNIDADES QUILOMBOLAS (1)

Após audiência pública realizada em Campos Novos, dia 8, o deputado Pedro Uczai (PT) saiu em defesa do direito dos quilombolas referente a uma área de 8 mil hectares localizada entre nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista. O parlamentar está sensibilizado com a situação dos agricultores, que hoje vivem nas terras. Mesmo assim, apóia indenização justa para as 80 famílias que compraram as terras de boa-fé. Porém, questiona a apropriação indevida do território que, legalmente, pertence aos remanescentes de quilombolas.

Baseado na legislação, o presidente Lula assinou decreto em 2003 regulamentando a titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. "O que defendemos é simplesmente a aplicação da lei, com os remanescentes de quilombos tendo o que legalmente é seu, e os agricultores indenizados de forma justa e em dinheiro pelo governo, o qual já se comprometeu com essa questão", afirmou Pedro Uczai. (Vagner Dalbosco)

COMUNIDADES QUILOMBOLAS (2)

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), por sua vez, pediu ao deputado Pedro Uczai (PT) que agende audiência com o presidente da República. Ele quer levar ao conhecimento de Lula a situação criada em Campos Novos entre quilombolas e agricultores. Para Mattos, não adianta resolver um problema social e criar outro pior. "É preciso que se chegue a um consenso o mais rápido possível para evitarmos o pior", alertou o deputado, que vai solicitar ainda ao presidente da Assembleia Legislativa Julio Garcia, a criação de uma Comissão Parlamentar para verificar situação. (Carla Reche)

SEMANA DE SAÚDE DA MULHER

A deputada Ada De Luca (PMDB) apresentou nesta semana um projeto de lei que institui a Semana de Saúde da Mulher nos órgãos públicos de Santa Catarina. A matéria prevê a realização de debates com profissionais da saúde, a distribuição de material informativo sobre prevenção de doenças e a necessidade de exames de rotina, como verificação da pressão arterial, glicemia e colesterol, além da apresentação de vídeos e documentários voltados para a saúde da mulher.

A Semana de Saúde da Mulher deverá ser realizada em maio, na semana que compreenda o dia 28, data em que se comemora o "Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher" e o "Dia Nacional de Redução da Morte Materna". (Patrícia Jacomel)

SUBSÍDIO PARA MORADIA RURAL

O deputado Dirceu Dresch (PT) esteve no dia 12 em Brasília reunido com o ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, e com o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, representantes do Inbra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dresch comemora a decisão do ministério, que revogou a Instrução Normativa 44, mantendo o subsídio de R\$ 6 mil destinado aos agricultores familiares para o financiamento de reforma de moradias no meio rural. Publicada no início do ano, a Instrução Normativa 44 reduziu de R\$ 6 mil para R\$ 1 mil o subsídio para a reforma de moradias rurais e aumentou R\$ de 7 mil para R\$ 8 mil o subsídio para construção. Com a revogação da instrução, os valores de subsídio voltam a ser os mesmos do ano passado. O subsídio é um recurso que o agricultor recebe e não precisa devolver. (Edson Junkes)



Odete: mudança de sigla

Odete de Jesus ingressa no PRB

A deputada Odete de Jesus oficializou, dia 10, o ingresso no Partido Republicano Brasileiro (PRB). Na ocasião, diversas lideranças também deixaram o PR, entre elas o vereador de Florianópolis, Alceu Nieckarz. Eles tiveram as fichas abonadas pelo deputado federal Leo Vivas (PRB/RJ).

Na mesma solenidade, também tomou posse a comissão provisória estadual do partido, presidida pelo professor Francisco Pereira. A deputada Odete de Jesus coordenará, a partir de agora, o PRB Mulher no Estado e Milton Barcellos presidirá o recém fundado PRB Jovem. Os discursos destacaram a necessidade de crescimento. "Eu adoro esse tipo de desafio", destacou Odete.

O professor Francisco Pereira não economizou elogios à deputada e ao vereador Alceu. Aos presentes, pediu empenho e dedicação de todos os filiados do PRB para que seu crescimento seja permanente.

COMUNIDADE

Maternidade investe na humanização dos partos

Hospital Universitário desenvolve programa para gestantes e “casais grávidos” com objetivo de derrubar tabus em torno da gestação, do nascimento e primeiras semanas de vida. Anualmente, quatro grupos são formados com reuniões semanais

Denise Arruda Bortolon

Desde 1996, quando o Grupo de Gestantes e Casais Grávidos foi criado, o Hospital da Universidade Federal de Santa Catarina (HU), principalmente o núcleo que trabalha diretamente com a Maternidade do hospital, vem apostando em projetos que visam ampliar conhecimentos, vivenciar a gestação de forma mais tranqüila e segura, além de desmistificar tabus relativos à gestação, ao parto e pós-parto.

Todo ano são organizados quatro grupos, dois em cada semestre, com reuniões semanais, durante dois meses, totalizando oito encontros divididos em três momentos. No primeiro são realizados exercícios de conscientização corporal, relaxamento e respiração. No segundo é servido um lanche para facilitar o entrosamento entre os participantes. Já no terceiro momento são

discutidos os temas escolhidos de acordo com o interesse, a necessidade e a expectativa de cada grupo durante o primeiro encontro. Os conteúdos são desenvolvidos através de oficinas, troca de experiências, depoimentos, apresentação de vídeos, demonstração de práticas como o banho do recém-nascido, massagens e exercícios, além de dramatizações. Após o nascimento do último bebê participante do grupo, os pais já com seus filhos se reencontram para relatar suas experiências do parto e nascimento.

No último encontro de cada grupo acontece a visita na área física da maternidade, nas salas de pré-parto, parto e o alojamento conjunto. O grupo ainda abre espaço para a promoção de pesquisas. Por ser um hospital-escola possibilita a participação de profissionais e alunos de diversas áreas da Saúde.



Eduardo Guedes de Oliveira

Gestante Érica participa com o marido do grupo, e se prepara física e psicologicamente para o parto normal

Troca de experiências

Conforme a psicóloga da maternidade do HU, mestrande em Psicologia da Saúde, Zaira Oliveira Custódio, uma das coordenadoras do projeto, o grupo tem a missão de reunir gestantes ou casais de baixa renda, sem acesso à informação. Mas a maioria dos participantes é formada por universitários, e pós-graduandos, profissionais liberais, entre outros. Ela acredita que o público mudou em função do horário, pois as reuniões acontecem nas quartas-feiras, das 14 às 17h30.

“Em nossos encontros não usamos slides nem data-show, é uma troca de experiências e não uma aula”, observa. O cronograma das reuniões é feito nos primeiros encontros, permitindo que profissionais da maternidade participem da discussão sobre os temas escolhidos. Também coordenam o projeto: Maria Isabel Régis, professora do Departamento de Psicologia; Vitória Gregório e Maria de Fátima Zampieri, professoras do Departamento de Enfermagem.

Carlos Killian



Mestranda em Psicologia, Zaira é uma das coordenadoras do projeto

Mães de primeira viagem lideram participação

Noventa e cinco por cento das participantes são mães de primeira viagem e procuram o grupo para obter conhecimentos sobre as transformações do corpo, o relacionamento conjugal, a gestação, o parto, pós-parto e os cuidados com o bebê.

Além disso, buscam as atividades para trocar experiências com pessoas que vivem situações semelhantes. Com isso, as participantes se fortalecem para o parto, preparando-se para a maternidade. “Procuramos fomentar a interação do bebê através da mãe, saber que seu filho já tem direitos, antes mesmo de nascer. Aqui não são tratados como feto e sim como bebês. Damos subsídios para que a mãe entenda que é ela que faz o parto assistida por uma equipe médica que está ali para atender e intervir se necessário. Dar a mulher o lugar que é dela, a atriz principal”, explica a coordenadora Zaira.

Como a demanda é muito grande, somente 20 casais participam por grupo, e a universitária Érica é uma delas. Aos 24 anos,

ela está na 32ª semana de gestação e espera seu primeiro filho. Chegou até o grupo pela indicação de uma amiga, que optou pelo parto de cócoras. “Estou me preparando para o parto normal, física e psicologicamente, há muito misticismo e a cesariana é amplamente divulgada.”

Érica aprovou a proposta de trabalhar a mãe como ativista do parto. “O parto normal dá a chance de todo o trabalho acontecer naturalmente, sentindo as dores

do parto e já no outro dia você caminha. Já a cesariana, arranca o bebê sem completar o ciclo”.

Ela está sendo acompanhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e reivindica o direito de ter, no mínimo, três exames de ultra-sonografia. “Para ter parto normal, é bom saber se está tudo bem com o posicionamento do bebê. O SUS fornece somente uma ultrassom, na 18ª até 21ª semana, e o médico pede a realização de dois exames”.

Eduardo Guedes de Oliveira



Nas aulas, futuras mamães esclarecem dúvidas sobre mudanças no corpo